

39

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 07

A História para o Futuro: Conhecimento e Acção

JOSÉ AMADO MENDES
Universidade de Coimbra

1. Introdução

No último meio século têm-se registado mudanças tão profundas que podemos falar de um período de aceleração histórica excepcional. Com efeito, desde o final da II Guerra Mundial, em 1945, até aos alvares do século XXI, passámos, entre outros, pelos seguintes eventos/alterações:

- reconstrução, rápida e profunda, das áreas devastadas pelo conflito;
- criação da Organização das Nações Unidas, que sucedeu à moribunda e ineficaz Sociedade das Nações;
- “Guerra Fria” e rivalidade desenfreada entre as superpotências;
- Revoluções Chinesa e Cubana;
- transição para regimes democráticos em vários países, incluindo Portugal e Espanha;
- queda do Muro de Berlim, com toda a simbologia e relevância que lhes estão associadas;
- consolidação e alargamento da Comunidade Económica Europeia/União Europeia;

- substituição de moedas nacionais, na grande maioria dos países da UE, pelo Euro;
- Guerras do Golfo e do Iraque;
- concretização do que Fernand Braudel já havia intuído há décadas, isto é, a transferência do centro da economia-mundo, do Ocidente para a Bacia do Pacífico;
- crescimento inusitado dos dragões asiáticos e relevância alcançada pela economia japonesa e, mais recentemente, pela chinesa;
- tendência para a baixa da taxa de natalidade em certos países e intensificação de movimentos migratórios;
- democratização da cultura, massificação e alargamento da escolaridade obrigatória, em muitos países.

Tudo isto – e muito mais, que fica por enunciar – não levou, contudo, ao *Fim da História*, como defendeu Fukuyama¹ (embora se compreenda o sentido dado pelo autor à expressão) nem, tão-pouco, ao *Choque de Civilizações*, de que falou Samuel Huntington, ainda que certas manifestações recentes pareçam, infelizmente, dar-lhe razão². Porém, o certo é que, face a um número tão elevado e significativo de transformações, a história não podia ficar incólume como, efectivamente, não ficou.

Por isso, podemos perguntar, reportando-nos ao fascinante domínio da história que, ao fim e ao cabo, nos congrega a todos e pelo qual nos encontramos aqui reunidos: **de onde vivimos**, ou seja, o que se tem verificado de inovador nos últimos anos? **Onde estamos** ou, por outra palavras, o que se passa com a história, hoje? E, finalmente, **para onde vamos** ou que história desejamos para o futuro?

2. A história em busca de um novo paradigma

Na sequência de uma certa hegemonia da história económica e social, entre os anos de 1930 e 1970 – fruto de uma justificada reacção contra a história tradicional, marcadamente política, factual e descritiva –, novas perspectivas passaram a ser adoptadas.

Foi-se alargando consideravelmente o universo das temáticas a investigar. Com a democratização da cultura e da própria sociedade, passou a não haver

¹ Francis Fukuyama, *O fim da História e o último Homem* (trad. do inglês), Lisboa, Gradiva, 1992.

² Samuel P. Huntington, *The clash of civilizations and the remaking of world*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 1996.

justificação para se continuar a ignorar certos grupos – inclusive minoritários ou marginais – ou assuntos, relacionados, por exemplo, com o trabalho e o lazer; as crenças e as superstições; os afectos e as sensibilidades; o quotidiano, a vida privada, o corpo e a sexualidade.

Por outro lado, a macro-história, cuja perspectiva é, fundamentalmente, a dos “grandes planos”, das massas, dos movimentos colectivos e das tendências, de médio e longo prazo, revelou-se incompleta e limitativa (perdendo audiência, no que concerne ao grande público, por se ter tornado demasiado hermética e especializada), ao deixar de fora o indivíduo/a personalidade (logo, a biografia e a prosopografia), o facto e a cronologia, pelo menos a mais “fina”.

Apesar de tudo isto ter sido denunciado em França, já há vinte anos (através de famoso *Relatório Girault*, 1985), em Portugal ainda não se efectuou uma reflexão e investigação aprofundadas sobre o assunto, como ele indubitavelmente merecia.

Em certa medida, poderia dizer-se que a história se tinha desumanizado (o que, em si mesmo, é um paradoxo, pois é o Homem que deve estar, sempre, no centro dessa mesma história e que, aliás, a justifica), em flagrante contraste com os meios de comunicação social, que se “alimentam”, sobretudo, de factos e indivíduos.

É um lugar comum apelidar a nossa sociedade de “pós-moderna” ou, segundo outros, de “pós-industrial”. Se bem que alguns historiadores tenham relutância em se auto-considerarem pós-modernos, o certo é que o pós-modernismo também “contaminou” a história, como não podia deixar de ser, pois esta é, também, “filha do seu tempo”.

Como recorda Jean-François Lyotard: «O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele refina a nossa sensibilidade para as diferenças e reforça a nossa capacidade de suportar o incomensurável. Ele próprio não encontra a sua razão na homologia dos peritos, mas na paralogia dos inventores».

E prossegue o autor: «A questão que fica aberta é esta: é praticável uma legitimação do vínculo social, uma sociedade justa em conformidade com o paradoxo análogo ao da actividade científica? E em que consistiria este?»³.

Consequentemente, também começou a ser mais frequente “ouvir-se” a voz do autor/historiador, ao mesmo tempo que apareciam obras dedicadas à ego-história.

³ Jean-François Lyotard, *A condição pós-moderna* (trad. do francês), 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989, p. 13.

A história e a literatura aproximaram-se, com a valorização da forma e o tão propalado *regresso da narrativa*, na sequência do alerta lançado já na década de 1980, por Lawrence Stone, no seu conhecido artigo sobre a temática⁴. A narrativa tornou-se, ela própria, num meio de comunicação.

A reabilitação da narrativa teve importância também no romance histórico, no teatro e na novela. A valorização daquela e o maior interesse pela forma levou já, inclusive, a falar-se de “conteúdo da forma”.

Acrescente-se que a nova história (agora já na sua segunda fase, sucedendo à da primeira, iniciada nos anos de 1930, e à qual, por isso mesmo, já se chamou *nova nova história*), para a qual se apontava – contemplando tópicos e problemáticas anteriormente fora do “questionário” do investigador –, se adequava melhor à prática da narrativa do que a anterior, de predominância económica e social, muitas vezes a cargo de economistas que a levaram, em certos casos, a aproximar-se das chamadas “ciências duras”.

Outra inovação importante foi o ter-se perdido o “complexo da distanciação temporal”, isto é, de se ter passado a fazer a história de períodos mais recentes e de, inclusive, ter vindo a ganhar adeptos a chamada história do presente.

Também no âmbito das fontes históricas se têm verificado inovações dignas de registo. Até há cerca de três ou quatro décadas, o historiador quase só se interessava pelas fontes escritas e, de preferência, inéditas e manuscritas. Aliás, a história nem sequer era concebida sem a escrita, pelo que, à da fase que antecedeu o seu advento, se dava precisamente a designação de “pré-história”.

Todavia, não obstante a importância de que as fontes escritas continuam a revestir-se, elas apresentam algumas limitações que convirá recordar. Entre outras destacam-se: intencionalidade, contingência e descontinuidade.

Quanto à **intencionalidade**, em muitos casos os autores das fontes – materiais e, sobretudo, morais – criaram-nas com determinada intenção, para produzirem certo efeito, frequentemente não explicitado.

Também o facto de umas terem chegado até nós, e outras não, se deveu a critérios de selecção ou mesmo a **contingências**, de ordem humana, física ou natural, pelo que só conhecemos uma pequena parte daquelas que foram produzidas.

Refira-se, ainda, que uma parte não despreciada da vida das pessoas e mesmo das organizações passa pela oralidade e não pela escrita, pelo que, para esses casos, não se poderá recorrer às fontes escritas.

⁴ Lawrence Stone, «The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History», *Past and Present*, n.º 85, 1979, p. 3-24.

Por último, as fontes escritas são **descontínuas**, ao invés do tempo histórico, que é contínuo. Como se impõe criar uma “imagem”/discurso histórico de continuidade, para isso tem que se recorrer a outros tipos de fontes – orais, materiais, artísticas, etnográficas, etc. – e ao próprio discurso narrativo, susceptível de dar coerência e de colmatar as lacunas dos testemunhos escritos.

Na opinião de Hans Kellner, «um respeito mais profundo pela realidade leva a recorrer a outras fontes, além das escritas»⁵.

3. A história hoje: as múltiplas faces de Clio

Tal com se verificou em muitos outros domínios do saber, a especialização tem sido uma constante, sobretudo ao longo do último século e meio. De facto, hoje é arriscado falar-se de história – sendo mais adequado aludir a “histórias” –, devido ao elevado grau de especialização que tem vindo a registar-se.

As tradicionais ciências auxiliares da história autonomizaram-se, adquirindo, justamente, um estatuto de dignidade similar, pelo que, de auxiliares, passaram a disciplinas *complementares e colaboradoras*.

Por sua vez, muitas daquelas vertentes que, até finais de Oitocentos, apenas mereciam algumas páginas ou, quando muito, um ou outro capítulo, nas histórias gerais ou nos manuais, foram-se constituindo em novos “territórios” historio-gráficos, com todas as consequências daí decorrentes, sob vários pontos de vista: investigação, ensino, actividade editorial – publicação de revistas, livros, programas de rádio e televisão, vídeos, programas e jogos informáticos –, estruturas escolares e de pesquisa, etc.

Assim falar, actualmente, de história é algo vago e impreciso, tornando-se necessário adjectivá-la. Daí as denominações e especialidades no âmbito da história como, por exemplo, ao falar-se de história:

- política e das ideias;
- das mentalidades;
- económica e social;
- da arte e militar;
- agrária e da indústria;
- das empresas, da ciência e das técnicas, para dar apenas alguns exemplos.

E convirá não esquecer que cada um dos outros ramos das ciências, das artes e dos restantes saberes tem, obviamente, a sua própria história, o que alarga exponencialmente o horizonte do nosso campo de acção, como profissionais

⁵ Em <http://www.untimelypast.org/bibtxt.html> (consulta feita em 23-12-2005).

ou estudiosos, ao mesmo tempo que possibilita lançar uma nova luz sobre as múltiplas facetas do passado.

Não menos relevantes são as conexões da história com outros domínios, entre os quais se destacam:

- a memória e a identidade;
- a educação, em geral, e a educação para a cidadania, a educação cívica ou a educação patrimonial;
- as chamadas ciências do património e a museologia;
- a ideologia e o nacionalismo.

Perante esta panóplia de especialidades históricas ou historiográficas ou de áreas mais ou menos relacionadas com a história, perguntar-se-á: como proceder, por exemplo, no ensino-aprendizagem da história?

Na impossibilidade de se ensinar e de se aprender tudo, deverão ser tidos em consideração o contexto, o público-alvo, os objectivos e as competências a adquirir. Um programa de história, coerente e compreensível, pressupõe selecção e valorização de uns eventos/personalidades/realizações, face a outros. Todavia, dever-se-ão adoptar determinados critérios e, sempre que possível, explicitá-los.

Segundo alguns autores, há que voltar de novo à história política, sem a qual se torna impossível encontrar um verdadeiro fio condutor. Evidentemente que, nesse caso, deverá tratar-se de uma “nova história política” – muito diferente da tradicional, mais descritiva e apologética do que explicativa e interrogativa –, ao mesmo tempo que deverá revalorizar-se o papel da cronologia e do próprio espaço (tempo e espaço continuam a ser os verdadeiros alicerces da realidade histórica), devendo ainda continuar a reflectir-se acerca do magno problema do papel do indivíduo na história.

A constituição e o desenvolvimento da Comunidade Económica/União Europeia, por um lado, e o processo da globalização ou mundialização, por outro, têm levado, também, a novas investigações e perspectivas, no âmbito dos Estudos Europeus – em expansão, ultimamente – e de pesquisas de âmbito mais alargado, com vista a ultrapassar-se algum nacionalismo e eurocentrismo, outrora muito em voga.

A propósito, uma investigadora japonesa lembrava-nos recentemente, numa entrevista, o seguinte: «A democracia não é um monopólio do Ocidente, mas um produto da História humana»⁶.

⁶ «Ryoichi Sasakawa – Who makes us question what the Japanese should be», *Voices. Newsletter of the Sasakawa Peace Foundation*, n.º 40, 2003, vol. 4, p. 1.

É ainda fundamental que, ao conhecimento histórico adquirido, se vão acrescentando, dentro do possível, as aquisições emergentes. Por exemplo, ensinar ou aprender história, hoje, sem ter presente os progressos da investigação em certos domínios (história das mulheres ou história no feminino e história dos movimentos populares; história militar e história da ciência e da técnica; demografia histórica, história das empresas e história da vida privada, para dar apenas alguns exemplos), é focar a realidade de forma parcelar e, logo, desfocada e mesmo amputada.

Obviamente que, do ponto de vista da formação, é também importante que se distingam muito bem três vertentes:

- a) a **história realidade** (isto é, o passado, com toda a sua evolução e alterações/transformações, ao longo dos tempos);
- b) a **história ciência**, resultante da investigação e compreensão da primeira e que é, sempre, uma construção humana, sujeita a condicionalismos (inclusive de subjectividade) e a contingências;
- c) e a história objecto de ensino-aprendizagem, a **história docência**, baseada e alicerçada na história ciência, mas após ter sofrido as devidas adaptações, inerentes à chamada “transposição didáctica”⁷.

Isto quer dizer que, para além de se ensinar história, se deve ajudar a pensar e a compreender o próprio processo de produção histórica, com as suas metodologias e o necessário espírito crítico, a desenvolver e aperfeiçoar constantemente.

4. Uma história, *também aplicada*, para o futuro

Embora correndo o risco de ferir certas susceptibilidades – de académicos mais “puros” ou, se se preferir, de defensores da ciência pela ciência ou, neste caso, da história pela história –, atrever-me-ia a perguntar:

Para que serve a história?

A utilização da história ou mesmo o seu aproveitamento deliberado – por vezes com intuitos legitimadores ou ideológicos, quando não mesmo de manipulação – não é algo de novo, pois tem antecedentes na Antiguidade Clássica, na Idade Média (em que a história foi, sobretudo, *ancilla* da teologia), no Renascimento, no Romantismo Oitocentista ou, no que nos diz mais directamente respeito, ao longo do Estado Novo.

⁷ Henri Moniot, *Didactique de l'histoire*, Paris, Ed. Nathan, 1993, p. 24.

O que é inovador – e, em Portugal, mesmo ainda muito raro – é o assumir-se explicitamente a **utilidade da história**, em numerosas situações, extraindo-se desse facto as devidas consequências.

Como se sabe, considera-se já ultrapassada a concepção da “história como mestra da vida”. Todavia, como nos recorda Rondo Cameron:

As condições são agora distintas das do passado e serão diferentes das do futuro. Mas o presente e o futuro emergem gradual e inevitavelmente do passado. O conhecimento da história, por parte dos dirigentes de hoje [e eu acrescentaria, por parte das pessoas, em geral], é a maior garantia de que o mundo beneficiará tanto dos erros do passado como dos seus triunfos⁸.

É certo que já se vai aludindo, quase timidamente, à *função social da história* ou ao seu papel, *na formação do indivíduo*, sob diversos pontos de vista. Mas a questão, do meu ponto de vista, está longe de ser equacionada com o rigor, o cuidado e o profissionalismo que merece. Dever-se-á esta relativa indiferença, também, ao facto de Portugal ser o «país da não-inscrição», para utilizar à feliz expressão de José Gil⁹?

Em certos países, sobretudo anglo-saxónicos, tem vindo a consolidar-se um movimento muito interessante, à volta da chamada *public history* (na versão americana) ou *people's history* (na inglesa), graças ao qual a história tem vindo a adquirir uma visibilidade muito maior e a despertar interesse em numerosas camadas populacionais, outrora afastadas dela.

A quem deseje aprofundar o assunto, recomendo a consulta dos “sites” da Internet: <http://www.publichistory.org>; <http://www.historians.org> e da bibliografia aí referenciada.

À falta de tradução mais apropriada, poderemos falar de *história serviço* – como lhe chamou Borges de Macedo – ou, talvez melhor, pois é disso que se trata, de **história aplicada**.

Podem encontrar-se muitas definições deste tipo de história, umas mais vagas outras mais precisas. A que se segue é uma das mais explícitas e elucidativas:

História aplicada é a que é vista, ouvida, lida e interpretada por uma audiência popular. Os historiadores que praticam esta modalidade de história ampliam os métodos da história académica, enfatizando a evidência não

⁸ Rondo Cameron, *La Banca en las primeras etapas de la industrialización. Un estudio de historia económica comparada* (trad. do inglês), Madrid, Ed. Tecnos, 1974, p. 339.

⁹ José Gil, *Portugal, hoje. O Medo de existir*, 2.^a ed., Relógio d'Água Editores, 2005, p. 15.

tradicional e apresentando formatos, reformulando questões, num processo de construção de uma história prática distinta. A história aplicada é também uma história que pertence ao público. [...] A história aplicada induz os historiadores a transformarem a sua investigação, de modo a alcançarem audiências fora da academia¹⁰.

Associados ao referido movimento têm-se registado:

- a criação e consolidação de associações (de história, em geral, e de história aplicada, em particular);
- a publicação de revistas especializadas (sendo a mais conhecida *The Public Historian*, publicada, quadrimestralmente, nos Estados Unidos da América, desde há cerca de três décadas) e de livros sobre a matéria;
- a organização de encontros e colóquios sobre a temática;
- a oferta de formação especializada no âmbito da história aplicada, ao nível da graduação (bacharelato e licenciatura) e da pós-graduação (incluindo mestrados e doutoramentos);
- tendo o primeiro programa do género aparecido nos Estados Unidos, já nos anos de 1970 (na Universidade de Santa Bárbara, Califórnia), hoje são já mais de setenta, oferecidos em universidades de diversos países (entre outros, além dos próprios Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia)¹¹;
- divulgação de ofertas de emprego, para indivíduos com formação em história aplicada.

Todos estes programas de formação e divulgação se alicerçam na tradicional “santíssima trindade da história”, como alguém lhe chamou (investigação, ensino e serviço à comunidade), embora reforçando e dedicando especial atenção à terceira vertente, isto é, ao serviço ou à aplicação da história a actividades e casos concretos.

Parte-se do princípio que uma sólida formação em história, para além de fundamental para quem se dedique ao respectivo ensino e à sua investigação, torna-se da maior utilidade num elevado número de actividades e situações, entre as quais se podem referir as exercidas em:

- museus, bibliotecas e arquivos;
- meios de comunicação social;

¹⁰ Em http://www.publichistory.org/what_is/definition.html (consulta feita em 30-12-2005).

¹¹ Em http://www.publichistory.org/wht_is/history_of.html (consulta feita em 30-12-2005).

- indústrias da cultura, com destaque para a produção de conteúdos – inclusive virtuais, cada vez de maior relevância – e organização de eventos da chamada “história ao vivo”;
- vida política – nacional, regional ou autárquica – e diplomática;
- na área das ciências do património (inventariação, conservação, restauro e reutilização);
- departamentos, agências e operadores turísticos;
- associações e fundações ligadas à cultura e ao património;
- estudos genealógicos, histórias de vida e histórias de empresas/organizações, individualmente ou através de pequenas empresas (que já há anos operam, por exemplo, nos Estados Unidos e no Brasil).

Analisada segundo esta perspectiva, a história, além de objecto de pesquisa e de ensino-aprendizagem, é já (ou pode vir a tornar-se) um sector atractivo para muitos profissionais, com competências no seu âmbito.

Um autor declara que lhe faz certa impressão quando ouve alguém dizer que, embora gostando de história, se dirige a outro curso, devido à questão económica. E acrescenta: o problema é a falta de respeito e prestígio, em termos de representação social, da história. Logo que ela adquira um maior prestígio e credibilidade e que aumente o grau de consciencialização acerca da sua utilidade, uma remuneração justa e digna virá por acréscimo¹².

Evidentemente que o que se acaba de dizer implica, antes de mais, que se registre uma profunda transformação nas mentalidades. Essa transformação só será possível através de um esforço e investimento conjuntos, a vários níveis.

Da parte das **entidades formadoras** (escolas, associações, empresas), há que diversificar a oferta de formação, adequando-a aos novos condicionalismos e às necessidades emergentes.

Hoje, os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem e de investigação, no âmbito da história, devem consciencializar-se de que já não estão apenas a formar futuros professores de história (embora continuemos, obviamente, a precisar de docentes, com uma formação de excelência, neste domínio) ou investigadores, mas também futuros profissionais, em numerosas áreas, para os quais a história poderá vir a ser um recurso de extrema utilidade.

Para ser mais explícito, entendo que às disciplinas que, além do seu carácter cultural, científico e pedagógico, também se atribui uma **índole instrumental** (como a língua, a informática e a matemática ou, mesmo, a psicologia, a sociologia, a economia, a gestão ou a geografia), se deve acrescentar a **história**.

¹² Em http://www.publichistory.org/what_is/form_view.asp (consulta feita em 30-12-2005).

Com efeito, torna-se difícil conceber o exercício de qualquer actividade ou função, na qual uma adequada formação em história não possa ajudar, no desempenho das respectivas funções. Isto implica, naturalmente, adaptações, quer em termos de *curricula* e programas, quer de estratégias pedagógicas a adoptar.

Por sua vez, da parte dos **formandos**, torna-se necessário que se empenhem e procurem adquirir competências diversificadas em história, através das quais, além de um enriquecimento cultural e humano, adquiram igualmente uma importante mais-valia, não só a nível profissional como no que concerne à possibilidade de intervir, de modo mais eficaz, na própria comunidade.

Por seu turno, também as potenciais **entidades empregadoras** deverão ser sensibilizadas para as vantagens que poderão advir do recrutamento de pessoas com formação histórica adequada.

Será desejável – ainda que, por enquanto, não passe de utopia – que em certas organizações/instituições se torne indispensável a colaboração de alguém com formação específica em história. Por exemplo: como não se concebe o gabinete de obras de um município, sem a colaboração de engenheiros e arquitectos, ou o gabinete jurídico sem um jurista, por que não proceder de modo análogo, no que concerne aos departamentos/serviços de cultura ou do património, exigindo a presença ou colaboração de agentes com formação em história?

Essa colaboração poderia revelar-se benéfica, em diversos domínios, dos quais dou apenas alguns exemplos:

- organização de eventos culturais, para que se evitem erros de anacronismo, do género do que se verificou ainda há pouco, na reconstituição de uma feira medieval, em cujo programa se aludia, já, à Inquisição;
- elaboração/actualização de monografias das localidades, por vezes inexistentes ou completamente desactualizadas, porque já antigas ou elaboradas por amadores e com deficiências metodológicas evidentes;
- pesquisa sobre a história das organizações/instituições locais (municípios, paróquias, corporações e corpos de bombeiros, associações, museus, arquivos e bibliotecas), cuja história, sobretudo relativa ao último século, está praticamente por fazer;
- elaboração ou apoio à realização de histórias de empresas, sector hoje na ordem do dia;
- investigação acerca dos equipamentos colectivos e do respectivo património industrial. Por exemplo, sobre alguns aspectos, de importância decisiva para o quotidiano e qualidade de vida das populações, como o **abastecimento de água e de electricidade**, ainda pouco se sabe, exceptuando alguns trabalhos académicos que, sobre a temática, começam a aparecer (recordo,

por exemplo, duas dissertações de Mestrado recentes, sobre o assunto, relativas aos concelhos de Penacova¹³ e de Arganil¹⁴).

Para concluir, sublinho, parafraseando a investigadora sueca, Marie Nisser, que se passa com a história o mesmo que com o remador. É que este, embora remando voltado para trás, impulsiona o barco a deslocar-se para a frente.

Também a história ainda que, por natureza, se refira ao passado, a sua relevância está bem presente no nosso dia-a-dia e o seu legado e mesmo a forma como a encararmos irão ter os seus reflexos no futuro.

¹³ Paula Cristina Ferreira da Silva, *Águas limpas e raios de luz. Electrificação e abastecimento de água no concelho de Penacova*, Coimbra, 2002 (Diss. de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.).

¹⁴ Maria da Piedade Mendes Duarte, *A natureza cooperando com o homem. Abastecimento de água e electrificação no concelho de Arganil (1900-1980)*, Coimbra, 2005 (Diss. de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mimeog.).